

**ROCHE, Daniel. A Cultura das Aparências: uma história da indumentária (séculos XVII - XVIII). São Paulo: SENAC, 2007**

Flávia Zambon Tronca<sup>1</sup>

Daniel Roche é autor da obra *A Cultura das Aparências: uma história da indumentária (séculos XVII – XVIII)*, publicada originalmente em Paris em 1989, e no Brasil em 2007, pela Editora Senac São Paulo. O estudo do fenômeno das modas, estilos, gostos e etiquetas proposto por este autor teve como base um consistente e exaustivo trabalho de pesquisa, demonstrando clareza sobre o tema que instiga o avanço em leitura suave, precisa e objetiva. Deixa de lado as frivolidades que geralmente cercam o mundo da moda, encontrando reflexões historiográficas da escola francesa contemporânea no mundo real das sociedades, nas entrelinhas dos aspectos político-econômicos, como também nos elementos da cultura, nas mentalidades e nos comportamentos.

A obra proporciona o estudo, com outros olhos, de várias categorias de análise: o rico e o pobre, o dominado e o dominante, a cidade e o campo, o real e o imaginário, o popular e o erudito. A roupa é entendida por Roche como a produção cultural da história e resistente a esta, permitindo “(...) ver o papel social das restrições naturais e funcionais, internas ou externas ao sistema do qual ela é ao mesmo tempo objeto e sujeito.” (Roche, 2007, p.505). *A Cultura das Aparências* conta-nos a história acerca das civilizações, revelando os seus códigos mais íntimos.

O autor traz informações que partem do inventário do consumo e das coisas. A compra e a forma de utilização dos objetos espelham o funcionamento dos mecanismos sociais, decodificam mudanças na economia e nos comportamentos questionando normas religiosas e morais das sociedades. As normativas de aquisição e propriedade das roupas, seu uso e sua força de apresentação revelam as ligações entre a cultura material, os estabelecimentos morais e filosóficos e também a expressão jurídica, quando das restrições impostas pelas leis suntuárias<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação Estética pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

<sup>2</sup> As leis suntuárias prescreviam o tipo de indumentária permitida a cada categoria social. Alcançaram o seu auge do século XIV ao século XVIII.

## Modapalavra e-periódico

Do Século XVII ao Século XVIII, Paris era um grande laboratório e também uma requintada oficina, tanto para ricos quanto para pobres. Para encontrar outra dimensão próxima a Paris era preciso sair da França indo para Nápoles ou para Londres. Entre 1700 e 1789, a população francesa formava um mercado privilegiado. Por volta de 1750, Paris estava na casa dos 600 mil habitantes e, às vésperas da Revolução ultrapassou a quantidade de 750 mil; era o centro do consumo de um imenso universo de pessoas ávidas por aparência. A cidade fervilhava em um movimento constante de pessoas e confusão de coisas que diferiam conforme a categoria social e cultural. A vida pública girava em torno da burguesia em ascensão e de uma aristocracia em declínio. O comércio da capital mostrava seus produtos para desempregados, pobres, mendigos, migrantes, burgueses, notáveis, suburbanos, camponeses, viajantes, entre tantos outros. É nesse cenário que Daniel Roche nos conta esta história, presente no visível confronto das hierarquias indumentárias, na necessidade da imitação e na obsessão dos abastados pela moda.

Cerca de 20 milhões de franceses sob o reinado de Luis XIV e perto de 28 milhões sob o de Luís XV, um pouco mais de mulheres e meninas do que de homens e meninos, vestiam-se todas as manhãs e despiam-se todas as noites; o que dá uma idéia de quantas camisas, camisolas, saias e vestidos, pantalonas e calções, meias, sapatos e tamancos estavam em circulação.” (Roche, 2007, p. 79).

O texto de 526 páginas divide-se em quatro seções distintas. Na primeira, Roche trata da história da indumentária e traz capítulos que destacam as vestimentas ou costumes, a história propriamente dita, a moda e os sistemas indumentários do Século XVII ao Século XIX. Na seção seguinte, Roche fala da economia dos guarda-roupas, apresentando o sistema indumentário parisiense, a hierarquia das aparências na Paris de Luís XIV a Luís XVI, o conteúdo dos armários do período clássico à Revolução, a invenção da roupa-branca, o triunfo das aparências e, ainda, o prestígio do uniforme. Na terceira seção o autor evidencia a questão da produção, venda e roubo na distribuição das aparências. O autor realça, também na terceira seção, capítulos dificilmente encontrados em outras obras, como a relação que vai dos ofícios aos clientes, alfaiates, costureiras, comerciantes de roupa-branca e negociantes de moda. Traz questões sobre o aspecto obscuro do comércio de roupas, como o roubo e a revenda, e também descreve detalhadamente os cuidados necessários com a roupa: da decência ao asseio. Por fim, na última seção, traça analogia entre a verdade e a máscara, desenvolve capítulos sobre a roupa no romance, as roupas racionais e saudáveis e, encerrando, as modas da razão e razões da moda: o nascimento da imprensa de moda na França. Roche conclui destacando a cultura das aparências: consumo e moralidade, revelando arquivos culturais que guardam memórias, pudores e sonhos daquele tempo.

## Modapalavra e-periódico

*A Cultura das Aparências* traz a essencialidade da indumentária para existência humana através da percepção dos detalhes e das sutilezas da sociabilidade francesa. Os tecidos antigos eram muito frágeis e as roupas encontradas e reconstituídas anteriores ao final do Século XVII eram raras, conservando-se quase que exclusivamente as roupas exteriores. As roupas-brancas eram mais raras ainda, restando apenas algumas mais finas encontradas em castelos, que pouco nos dizem sobre as práticas de reutilização e de transformação características das comunidades e das famílias mais pobres. A roupa-branca provocou uma fronteira subjetiva entre o privado e o público; sua aquisição e o seu uso permitiram perceber os valores culturais que fizeram o sistema avançar por meio dos modos de utilização e de conservação, por meio da aprendizagem do que era estar vestido e estar nu, do que era sujo e do que era limpo. Nos acervos, predominavam os trajes aristocráticos, sendo raras as roupas mais comuns. Porém, Roche não se limita à descrição da produção e do consumo das vestimentas daquele tempo, mas avança além das formas de obtenção da distinção social, do papel da mulher, da história dos pudores na hierarquia das aparências observada na corte de Luís XIV, até a inspiração revolucionária na época de Luís XVI.

No decorrer dos capítulos, a indumentária é analisada como um importante instrumento de acesso ao espaço social e comportamental, alcançando os meandros dos costumes burgueses, nobres e trabalhadores especializados dispostos em ofícios. Nas cidades, muitos trabalhavam para atender as mudanças do consumo e as corporações parisienses tornaram-se organizadas, atendendo a demanda urbana e também a um próspero comércio exterior. A roupa francesa era valorizada somando-se à teatralização e a habilidade dos seus criadores em transformá-la de acordo com as necessidades sociais. O comércio de tecido estava em toda a parte e era preciso produzir rapidamente e em grande escala, pois a procura aumentava velozmente, não esquecendo da qualidade requerida, agora em um contexto proto-industrial.

O livro abrange uma quantidade significativa e rara de informações envolvendo o consumo da roupa, que era quantificado e descrito através do inventário dos bens e das despesas, bem como a sua conservação, desenvolvendo-se de forma diversa entre a cidade e o campo. Nas cidades como Paris do Século XVIII gastava-se mais com roupas, apesar da diferença evidente do consumo entre pobres e ricos. O aumento no consumo coincidiu com o desenvolvimento da civilidade quando a aparência passou a ser fundamental para a apresentação do *status* pessoal. Na aparência, construída através do vestir, havia a cópia do que era usado na corte e a etiqueta ditava as regras de como a sociedade deveria se relacionar

## Modapalavra e-periódico

e se apresentar. O rei e principalmente a rainha entusiasmavam a corte com a moda que elegiam, sendo copiados pelos que observavam atentamente: “(...) o estilo de vida senhorial exigido pela proximidade com o rei, a existência suntuosa de uma sociedade exibicionista, o fausto das equipagens a desfilarem a todo o instante (...)”. (Roche, 2007, p. 63).

A moda era instrumento de representação dos mecanismos sociais da sociedade, constituindo-se em eficiente forma de hierarquização que distinguia os grupos através da informação das suas diferenças. Estava aberta a cortina para a confusão das posições sociais, enfatizando o gosto extravagante, dinâmico, com preferências para as metamorfoses, com apego às inversões e transformações. As boas maneiras e a aparência revelavam a sistemática das relações sociais e, junto com a fantasia, eram a própria expressão do ser, símbolo de instabilidade e de artifício. O espírito daquele tempo estava na sedução, no excesso e no rebuscamento, encontrados em toda a parte da corte, fundindo o ser com o parecer. Ninguém se esforçava para ser visto na sua realidade; a vaidade das aparências e o narcisismo da moda faziam do mundo um grande espetáculo. A lógica do existir-parecer da sociedade europeia era baseada nas técnicas ilusionistas e na construção das aparências necessárias para obtenção do prestígio. Com tais evoluções surgiu o “estilo da corte”, uma medida comum, proporcionando a padronização da linguagem das aparências mediante a ostentação. Buscava-se o destaque da individualidade e, ao mesmo tempo, acontecia uma coesão inevitável e coletiva; uma necessidade de pertencimento a um grupo de destaque ao utilizar a mesma linguagem teatral. A moda era a representação da coletividade e também um modo de afirmar a individualidade. Na relação de cumplicidade formada na corte deu-se a massificação do produto de moda, tão necessária para que esta pudesse se perpetuar; a moda era um ponto de encontro entre o coletivo e o individual e uma forma de assinalar a hierarquia social.

Com a Revolução, o luxo desapareceu, tomando lugar a uniformidade entre os pares. Os que estavam mais alto na escala social adotaram a simplicidade, que passou a ser moda. Nos níveis inferiores, as pessoas passaram a usar outra linguagem e os pobres exibiam asseio adotando novas maneiras de cuidar das roupas. Porém, mesmo utilizando materiais rústicos, menos acessórios e detalhes, as disputas, social e individual, permaneciam com outra roupagem. O corpo passou a ser um manequim e as roupas usadas de forma explícita e inconfundível serviam para indicar as classes e para determinar o ofício de cada um.

A forma historiográfica como Daniel Roche trata os diversos temas que permeiam o contexto da moda neste livro é original e instigante. Investiga a vestimenta de forma complexa sem torná-la ilegível aos olhos do leitor. Propõe um estudo aberto privilegiando a

## **Modapalavra e-periódico**

ênfase social, compreendendo-a a partir dos valores estéticos e simbólicos da cultura das aparências. Um livro imprescindível para quem pretende desenvolver estudos nas áreas de moda, história e sociologia!

Daniel Roche é um historiador francês nascido em 1935, professor honorário do *Collège de France* e diretor de estudos da *École des Hautes Etudes*, de Ciências Sociais. Roche escreveu diversas obras, entre elas destacamos *O povo de Paris: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII* e *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades dos séculos XVII ao XIX*, recebendo o *Grand Prix National Historie* pelo conjunto de sua obra.

Proposta recebida em 01/nov/2007. Aprovada em 17/dez/2007.